

Como está a segurança alimentar no Brasil?

Avaliar a segurança alimentar no Brasil traz alguns desafios. Um deles está na necessidade de escolha de indicadores que, conjuntamente, consigam retratar o significado mais abrangente do próprio conceito. Trabalhar apenas com a disponibilidade de alimentos é absolutamente insuficiente para que possa ser afirmado se o país avança ou não na sua condição de segurança alimentar.

A capacidade de acesso da população aos alimentos, por sua vez, também é um indicador insatisfatório, quando observado isoladamente. Nesse sentido, devem ser distinguidos outros elementos, hoje assumidos como essenciais, tais como o padrão de consumo e a sustentabilidade do sistema alimentar. Da mesma maneira, haveria que se considerar o grau de autonomia que o país dispõe para decidir o que pretende produzir e consumir, prerrogativa indispensável de sua soberania alimentar. O maior desafio, porém, está na inexistência de um acompanhamento sistemático desses indicadores no país. Ou, ainda, na ausência de um consenso em relação à metodologia empregada na construção de alguns desses indicadores.

Controvérsias

O último estudo mais consistente sobre o acesso à alimentação e outros bens de consumo no Brasil – o *Estudo Nacional de Despesa Familiar* (Endef) – já dista mais de 27 anos. Posteriormente, através da *Pesquisa de Orçamentos Familiares* (POF-IBGE), buscou-se prosseguir nessa medição, mas com a grande limitação de não contemplar as áreas urbanas não-metropolitanas e as áreas rurais. Nos últimos dez anos, o acesso da população à alimentação vem sendo estimado a partir da renda. E aí não são pequenas as divergências sobre os diferentes critérios adotados.

O Ipea (Instituto de Política Econômica Aplicada), representando a posição oficial, estabeleceu o *Mapa da Fome*, considerando nessa condição todas as pessoas cuja renda familiar per capita se encontra abaixo da “linha de indigência”. Esta linha refere-se ao custo de uma cesta de alimentos, regionalmente definida, que corresponde às necessidades de consumo calórico mínimo, de um indivíduo, conforme definição da FAO. Segundo o Ipea, esta condição de pobreza extrema ou indigência atingia 31 milhões de pessoas em 1990; subindo para pouco mais de 32 milhões de pessoas em 1994 e caindo quase continuamente após o Plano Real, tendo registrado um total de 22 milhões de pessoas, em 2000.

O Instituto da Cidadania, com base no *Projeto Fome Zero*, calculou um total de 44 milhões de pessoas, em 1999, ganhando abaixo de US\$ 1 por dia e em condição de vulnerabilidade para a fome e a desnutrição. O estudo parte do critério adotado pelo Banco Mundial, estabelecendo ajustes conforme a região avaliada. O Instituto Brasileiro de Economia – Ibre – da Fundação Getúlio Vargas, por sua vez, chegou a um número ainda maior, calculando que 50 milhões de pessoas têm uma renda inferior a R\$ 80 por mês – valor mínimo necessário para que um indivíduo

consiga se alimentar conforme as recomendações da Organização Mundial de Saúde, dentro dos preços praticados em São Paulo. Todos os estudos se basearam nos dados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (Pnad - IBGE).

Métodos diretos de mensuração da desnutrição, como a avaliação antropométrica (altura e peso) ou como aqueles que medem o consumo calórico, não vêm sendo realizados em âmbito nacional e se limitam a determinadas faixas de idade.

Ainda assim, vale reconhecer o significado da avaliação realizada em vários estados pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – Sisvan –, medindo e pesando crianças até 5 anos de idade e identificando aquelas em situação de desnutrição. Reforçar a capacidade do Sisvan para gerar dados representativos em todos os estados do Brasil já seria grande contribuição para as decisões que precisam ser tomadas quanto ao direcionamento de políticas públicas voltadas para o enfrentamento do problema da desnutrição infantil.

Iniciativas paralelas de organizações da sociedade civil têm demonstrado o quadro ainda grave deste problema. Como acaba de ser constatado em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, onde 19,6% das crianças até 5 anos – avaliadas pelo Mutirão de Combate à Desnutrição Materno-Infantil – apresentaram situação de risco nutricional.

Cabe também ressaltar a pesquisa realizada para o Ministério da Saúde sobre consumo alimentar familiar, que cobriu as cidades de Goiânia, Ouro Preto, Campinas e Rio de Janeiro, em 1996, e Brasília e Belém, em 1997. Naquela oportunidade, os resultados apurados revelaram mudanças significantes de hábitos alimentares e, também, o aparecimento de novos problemas de natureza nutricional, como carências severas de ferro e cálcio em contingentes expressivos da população estudada. O estudo deveria ter sua continuidade garantida e expandido seu âmbito, inclusive para a área rural.

A insegurança alimentar é por certo um dos mais graves problemas que o país necessita superar. Ao mesmo tempo, tem sido amplamente reconhecida a enorme contribuição que vem sendo dada à discussão desse tema por estudiosos/as e atores sociais que lutam para mudar este quadro. Portanto, está mais que na hora de encontrar meios que garantam uma produção contínua e consistente de indicadores, permitindo instrumentalizar a elaboração e aplicação de políticas públicas adequadas para o enfrentamento do problema. ■

FRANCISCO MENEZES

Diretor de Programas do Ibase e membro da coordenação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional.